

POLÍTICAS SOCIAIS AGRÁRIAS NO ESTADO COLOMBIANO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

AGRARIAN SOCIAL POLICIES IN THE COLOMBIAN STATE: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE

Jorge Luis Triana Riveros **1**
Newton Narciso Gomes Junior **2**

Engenheiro Agrônomo, mestre em Agronegócio PROPAGA/FAV/**1**
UnB, doutorando no PPG em Política Social.
E-mail: jorge.triana@unillans.edu.co

Economista, professor do quadro permanente dos PPG em Política **2**
Social e PPG Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, UnB.
E-mail: swnewtongomes@gmail.com

Resumo: A Colômbia e não escapa dos problemas agrários latino-americanos, cuja principal desigualdade está na distribuição do acesso a terras agrícolas. Segundo Fajardo (2002) a questão agrária tem sido marcada por disputas de terra, problema que afeta as forças sociais, políticas e econômicas, envolvendo o resultado da configuração histórica desta sociedade. A repercussão sobre as questões rurais colombiana acabou incidindo no desempenho político, econômico e social da nação (ALBAN, 2011). Na Colômbia e, de resto, na América Latina, as políticas sociais foram introduzidas de forma segmentada nos diferentes setores. Há fortes diferenças entre os países no que se refere às responsabilidades estatais para assegurar a todos os habitantes direitos humanos e sociais. O presente ensaio está voltado para a análise dos contenciosos entre o modelo universal de acesso às políticas sociais e a instalação de sistemas paralelos de atenção centrados na focalização da cobertura em detrimento da universalidade oficial.

Palavras-chave: Questão Agrária. Campesinato. Políticas Sociais. Pobreza.

Abstract: Colombia does not escape from the Latin-American agrarian problems, whose main inequality is in the distribution of the access to farmlands. According to Fajardo (2002) the land issue has been marked by land disputes, a problem that affects social, political and economic forces, involving the result of the historical configuration of this society. In this country, the repercussion on rural issues ended up having an impact on the political, economic and social performance of the nation (ALBAN, 2011). In Colombia and in some Latin American countries, social policies were introduced in a segmented way across different sectors. There are strong differences between countries in their state responsibilities to assure all inhabitants of human and social rights. This essay is focused on the analysis of the litigation between the universal model of access to social policies and the installation of attention parallel systems centered in focusing the coverage to the detriment of official universality. In the case of Colombia, the universal model of social policies was consolidated; however, the tendency was the installation of parallel attention systems, that is, a focused system beside the universal (SPOSATI, 2011); this is about here in this article. – não está no texto em PT.

Keywords: Agrarian Question. Peasantry. Social Politics. Poverty.

Introdução

A América Latina apresenta altos índices de pobreza e desigualdade social. Além disso, são escassas as políticas sociais nos países que compõem este continente, o que incide de forma ineficaz na redução da pobreza (SILVA, 2015).

A Colômbia é um dos países que fazem parte da América Latina e não escapam dos problemas agrários latino-americanos, cuja principal desigualdade está na distribuição do acesso a terras agrícolas. Segundo Fajardo (2002) a questão agrária tem sido marcada por disputas de terra, problema que afeta as forças sociais, políticas e econômicas, envolvendo o resultado da configuração histórica desta sociedade. Nesse país, a repercussão sobre as questões rurais acabou tendo incidência no desempenho político, econômico e social da nação (ALBAN, 2011).

As políticas agrárias criadas e desenvolvidas nos ajustes estruturais para a estabilização do campo estão vindo de outros Estados da América Latina com a finalidade de alcançar o crescimento econômico e, assim, conseguir o desenvolvimento interno (JARAMILLO, 2006); no entanto, ao realizar isso, trazem-se problemas na formação de políticas eficientes que se ajustem à realidade do campo colombiano. Desse modo, percebe-se que, além de existirem altos custos sociais e políticos envolvidos na implementação das políticas sociais, há também dúvidas sobre a efetividade das medidas quanto à garantia de uma distribuição de renda mais justa.

Nesse contexto, ressalta-se que a pobreza resulta das relações capitalistas de produção e constitui desequilíbrio social ligado a fatores estruturais, como a insatisfação de necessidades e exigências básicas das pessoas, correlacionada a problemas econômicos sociais e políticos (FAJARDO, 2002). Além disso, uma grande porcentagem da população colombiana está em situação de pobreza no setor rural (JARAMILLO, 2006). Diante disso, busca-se entender a dinâmica do proletariado sobre a burguesia nos campos, já que está ligada fortemente à situação de pobreza. A pobreza corrobora um desequilíbrio social ligado a fatores estruturais como a insatisfação das necessidades e exigências básicas das pessoas, sendo o desemprego e a exploração dois maximizadores desses problemas sociais (FAJARDO, 2002).

Destaca-se, na literatura marxiana, a ênfase na discussão que aborda o proletariado, que surgiu com o advento da indústria moderna, em meados do século XVIII, sendo composto por aqueles trabalhadores do campo que foram expropriados de suas terras e que, para sua sobrevivência, foram vender sua mão de obra no meio urbano (MARX, 2015). Aqueles trabalhadores que se mantiveram no meio rural, ainda que sob os ditames do capital, são denominados de “campesinato” (MARX, 2015).

Assim, as políticas implementadas para mitigar essa exploração devem levar em conta fatores como a incapacidade do setor agrícola (SPOSATI, 2011). Ademais, deve-se abordar a dificuldade da desigualdade social (pobreza) nos campos, destacando a sua multidimensionalidade e heterogeneidade, tentando, da mesma forma, localizar as soluções propostas dentro desse artigo por meio de uma revisão sistemática de leitura com o intuito de identificar as políticas sociais existentes nos campos e as possíveis lacunas de sua implementação ou de seu monitoramento.

Nesse sentido, o trabalho está dividido em cinco partes principais, além da introdução. Na segunda parte consta uma abordagem do marco teórico que busca explicar a importância do Estado e suas funções nos problemas sociais, entender os termos capitalismo dependente, democracia e política social. Em seguida, na terceira parte do artigo, são revelados os materiais e métodos utilizados para a realização da pesquisa. Na quarta parte, consta a descrição dos resultados obtidos. Por fim, o encerramento deste estudo se dá com a discussão do que foi diagnosticado a partir da descrição e análise da revisão sistemática, a fim de mostrar a realidade do panorama das políticas sociais na agricultura colombiana.

O Estado e a política social

Segundo Hofling (2001) “Estado” e “política social” são conceitos com relação fundamental no desenvolvimento das sociedades, determinados pelos períodos históricos. Ressalta-se que se há uma diferença entre Estado e Governo, sendo o Estado um agrupamento de instituições (órgãos legislativos, tribunais, exército e outras) que não estabelecem um monopólio e proporcionam a ação do Governo; e Governo, uma ligação de projetos, programas públicos iniciados em razão da

necessidade da sociedade, ajustando-se ao rumo político de uma determinada gestão que assume e executa as atividades e obrigações do Estado por determinado período (HÖFLING, 2001).

Cabe salientar que o Estado é mais proveito que o capital, e suas atribuições não podem ser procedentes diretamente das exigências da produção e da circulação de mercadorias; por isso, pode-se dizer que o Estado se divide em antigo (absolutista) e moderno (burguês) (MARX, 2015). Nesse sentido, o estado antigo está ligado à acumulação primitiva, na qual a acumulação existe de forma básica, apresentando-se uma divisão entre produtor e meio de produção (MARX, 2015), que passa por uma trajetória de lutas de classe, formando primeiramente as cidades-Estado, onde se vê a manifestação da autonomia do povo, convertendo-se depois em Estado moderno, que é consequência da Revolução Industrial, cujas funções eram integrar as classes dominadas e garantir que a ideologia da sociedade continuasse sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitassem “sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas” (MANDEL, 1982, p. 338). Em síntese, pode-se afirmar que o Estado é situado historicamente, havendo primeiramente o Estado absolutista, no qual não se podia vender a terra, e o Estado burguês, que negava o antigo estado e sua estrutura, defendendo a terra privada.

O Estado na América Latina não se configurou de uma sociedade capitalista anteriormente ao desenvolvimento do Estado no século XIX. Por isso, o capitalismo não é um elemento histórico em virtude de preexistir uma regulação estatal. No entanto, no século XX, exatamente entre 1930 e 1970, com o chamado paradigma de “desenvolvimento para dentro”, o papel ativo do Estado atende não exclusivamente em detrimento dos mercados externos na crise dos anos trinta, uma vez que existe a premência de atender às demandas das classes médias emergentes, mediante a ampliação dos mercados internos (SUNKEL, 1993). Então se pode entender que, no processo histórico do desenvolvimento político, o Estado só se populariza quando a sociedade também se democratiza. Somando-se isso à dimensão das ações do Estado no âmbito das políticas sociais, pode-se entender que o Estado tem favorecido as finanças, mediante o capital financeiro, o que impacta as políticas sociais – nas quais não se investe porque não geram lucro –, levando o proletariado a contratar, nas áreas privadas, serviços como saúde, previdência e educação, entre outros.

Por outro lado, segundo Gough (1978, p 15), as políticas sociais “são um conjunto dos serviços previstos pelo Estado, seja em dinheiro ou espécie, assim como a regulação das atividades privadas”. Em outras palavras, trata-se da utilização do poder do Estado para alterar ou modificar a reprodução da força do trabalho e regular a população não ativa nas sociedades capitalistas (GOUGH, 1978), sendo assim uma parte formidável do Estado intervencionista. Já na visão de Hofling (2001), são atribuídas às políticas sociais as atividades que definem o protótipo de proteção social executado pelo Estado, voltadas em princípio para a redistribuição dos direitos sociais e pretendendo a diminuição da desigualdade entre a classe trabalhadora e a burguesia gerada pelo desenvolvimento socioeconômico.

As políticas sociais surgem a partir dos movimentos populares do século XIX, focalizadas nos conflitos entre trabalho e capital, bem como no avanço das primeiras revoluções industriais, ou seja, começaram com o surgimento da acumulação de capital e junto com as origens do desenvolvimento capitalista, dando frutos às estruturas capitalistas de estado centralizadas e às lutas da classe trabalhadora (HÖFLING, 2001).

Em 1970 o termo “política social” não tinha consenso entre suas variações, pois o seu caráter é informado tanto por seu desenvolvimento histórico quanto por sua localidade, constituindo assim suas particularidades. Nesse sentido, os termos “seguridade social”, “bem-estar social”, “política social”, *welfare state*, *état providence*, “estado social” etc. apresentam particularidades históricas e interpretações diversas. Entretanto, ainda não há um conceito claro em razão de os investigadores terem suas próprias perspectivas ideológicas (PEREIRA, 2013). Atualmente as políticas sociais compreendem direitos particulares, e estes têm sofrido fortes cortes, por suas convicções triviais e da gestão social democrática, limitando-se a aquisição aos direitos por diferentes problemas, como cortes em investimentos, desvios de recursos ou renúncias fiscais (SILVA, 2015).

Silva (2015) afirmou que as políticas sociais apresentam condições contraditórias ao assistir os interesses do capital e do trabalho. O estado de bem-estar tem características positivas e negativas: a “contradição das raízes da sociedade capitalista é refletida entre as forças de produção e as relações de produção” e a grande escala dos gastos do Estado com os serviços sociais se

tornou um fardo para a acumulação de capital e crescimento econômico do Estado (GOUGH, 1978, p. 63). Desse modo, o processo de produção de políticas sociais necessita da interação entre as instituições presentes na sociedade e o Estado. Tratando da natureza contraditória da política social, esta necessita tanto das instituições do Estado quanto da pressão da classe trabalhadora para ser assegurada.

“A era do Estado de Bem-Estar é sinônimo da era do capitalismo avançado” (GOUGH, 1978, p. 155). Desse modo, a socialização da produção tem aumentado junto ao novo equilíbrio internacional de forças. E, por essa razão, o rápido crescimento do comércio mundial, o desenvolvimento de corporações multinacionais e o crédito internacional baseado no dólar estão experimentando um *boom* em desenvolvimentos que aumentam a capacidade de negociação econômica e política das classes trabalhadoras organizadas, para obter melhorias sociais e monetárias.

Contudo, pode-se assegurar que as inclinações das políticas sociais na América Latina apresentam um contexto de ataque do capital e bloqueio dos direitos obtidos pelos trabalhadores, sincronizando as limitações de acesso com as condições de vida desses trabalhadores. Logo, as políticas sociais têm se identificado cada vez mais com o cenário de luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos (SILVA, 2015).

Capitalismo dependente

Nesse tópico, pretende-se discutir o capitalismo dependente, cujas principais causas são o abuso do trabalho e a transferência do valor, presente no cotidiano dos países latino-americanos. Por esse motivo, primeiramente se busca entender as características do imperialismo descritas por Lênin (2012, p. 17) sendo:

- a) Concentração do capital, chegando até os monopólios;
- b) Fusão do capital bancário com o capital industrial, ou seja, articulações dos capitais (industriais e financeiros);
- c) Exportação de capitais, que é o capital-fetiche (juros ou portador de juros);
- d) Formação de associações no mundo; e
- e) Partilha colonial, que se tornou partilha de atividades econômicas.

Por outro lado, é importante abordar o termo “subimperialismo”, que Marini (1969) usa para descrever uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, por meio da qual se aumentam as taxas de mais-valia, procurando-se mercados externos e destacando-se a ligação do imperialismo dos sistemas de produção e o desenvolvimento associado e integrado que define o capital dependente. Em síntese, o subimperialismo é a silhueta que adota o capitalismo dependente ao chegar à fase dos monopólios e do capital financeiro (MARINI, 1969).

Chesnais (2001) afiança que as causas mencionadas do capitalismo dependente estão ligadas ao capitalismo financeiro, havendo uma junção entre o capital bancário e o capital industrial, que são operações de predomínio que se ampliam sobre o mundo, constituindo a soma do capital produtivo (força de trabalho) com o capital bancário (dinheiro). Por isso, cabe lembrar que os grupos industriais transnacionais não são os que lideram o movimento do conjunto da acumulação, mas sim as instituições constitutivas (bancos, fundos de aposentadoria, companhias de seguro etc.), que apresentam fortes rentabilidades, o que gera a distribuição da receita quanto às configurações do emprego assalariado. Essas instituições não teriam conquistado isso sem a ajuda da dívida pública, que tem influência sobre o Estado (CHESNAIS, 2001).

Além disso, o autor supramencionado enfatizou que as finanças na atualidade se comportam como foram assinaladas por Marx; seu comportamento é atribuído à liberdade contraída pelo capital dentro do mapa da globalização. Diante disso, ao se analisar uma propriedade relevante do capitalismo, percebe-se a concentração do capital financeiro nas relações socioeconômicas anexas aos grupos industriais. Além disso, também se pode afirmar que o capitalismo financeiro se nutre da dívida pública e, por isso, os governos pobres ou em desenvolvimento estão financeiramente estagnados.

Para Fernandes (1972), o capitalismo dependente nos países latino-americanos é uma

expansão da civilização do Primeiro Mundo, tendo início desde as conquistas, donde se pode inferir que o modo de produção capitalista se transformou por meio da História, e que as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociadas à distância sobre condições seguras e lucrativas.

A América Latina está ligada a dois problemas: as novas formas de imperialismo associadas à difusão sob a soberania dos Estados Unidos e o jeito de enfrentar o imperialismo das grandes corporações e de empresas que vivem do capitalismo financeiro (FERNANDES, 1972). Além disso, ela se encontra submetida também a diferentes tipos de dominação externa (FERNANDES, 1972).

Fernandes (1972) afirmou que um tipo de dominação externa surgiu como resultado da desagregação do antigo sistema colonial, que estava interessado no comércio das suas mercadorias, e não na produção local. Por essa razão, a ausência de produtos locais e a presença de um mercado consumidor tornaram mais atrativo o domínio de posições táticas nas esferas comerciais e financeiras. Desse outro ângulo, a monopolização na América Latina é atribuída ao fato de que esses Estados não possuíam recursos fundamentais para a produção de bens e serviços, sendo preciso importar estes dos países com setores sociais dominantes (FERNANDES, 1972).

Ressalta-se que esta modalidade ainda se encontra vigente, mas com outro tipo de variável, com mercadoria de tecnologia de ponta e contratação de pessoal com qualificação alta, o que ocorre em países em desenvolvimento. Trata-se da manifestação das especificidades do modo de produção capitalista nas sociedades que foram colonizadas e semicolonizadas, isto é, dependentes do capital monopolista internacional, que atualmente é o capital transnacional (GARCÍA, 2014).

Tendo em vista o exposto anteriormente, afirma-se que a causa do desenvolvimento insuficiente das economias dependentes é a incapacidade de transcender não o subdesenvolvimento, mas sim as práticas de controle econômico do capital imperialista, exercidas hoje pelos Estados Unidos, que lutam por uma maior base de produção e acumulação para além de seu território geográfico. Assim, esse imperialismo sobrepõe seus interesses aos das economias independentes subordinadas, fazendo com que essas se submetam a um padrão produtivo e de acumulação externo, ferindo sua soberania nacional.

Em outros termos, a teoria da dependência trata da relação que, embora entre nações independentes, é de subordinação, uma vez que sustenta o crescimento econômico de apenas uma dessas nações.

Democracia

A democracia sofreu várias mudanças ao longo do tempo, passando a se distinguir entre democracia antiga e moderna. Segundo Wood (2006), no passado a democracia da Grécia antiga se destacava pelo fato de os habitantes das cidades serem trabalhadores livres, constituindo a espinha dorsal da democracia: uma só formação social na qual havia *status* político e participação individual e política (além da isenção de vários impostos). Por isso a autora censura múltiplos historiadores que abordam a escravidão como o elemento principal da Grécia Antiga. Ela argumenta que o cidadão trabalhador e o escravo não poderiam ser “compreendidos fora do nexo que os une” (WOOD, 2006, p. 161), pois, à medida que o primeiro era libertado, crescia a demanda por escravos.

No capitalismo moderno, a liberdade e a igualdade do trabalhador assalariado são aceitas desde que não prejudiquem o sistema capitalista de produção nem a assimilação da mais-valia dos trabalhadores pelo capital. Existe, assim, uma democracia protocolar que impossibilita mudanças na lógica da exploração de classes (WOOD, 2006). A autora corrobora a protrusão e a modificação na compreensão da democracia, arquitetada a partir da elevação do capitalismo moderno e apartada da democracia antiga, que abrangia o *demus* à condição de cidadania. A democracia moderna se baseou no feudalismo europeu e, posteriormente, no capitalismo liberal, o que deslocou os privilégios políticos do cidadão para a ascensão política e as vantagens econômicas de uma elite proprietária (WOOD, 2006).

Todos os grupos capitalistas são obrigados a se tornar politicamente ativos, não só para articular suas concepções sobre os interesses coletivos de classe, mas também para defender seus próprios interesses. A ascensão do capitalismo monopolista coincidiu com o aumento da influência política do movimento da classe operária, refletido no sufrágio universal e em seu uso pela democracia social clássica (MANDEL, 1976).

Para o povo governar, é necessária uma igualdade cidadã, que na tradição liberal significa a generalização dos direitos civis e políticos e, na socialista, a conquista dos direitos sociais (MARSHALL, 1998). Mas os direitos sociais assumem função crucial também na tradição capitalista liberal, e não apenas na tradição socialista (BARBALET, 1989).

Por outro lado, o processo de conquista gradual dos direitos na Europa nos últimos três séculos tem sido diferente do da América Latina: aqui havia uma cidadania política limitada e excludente diante dos direitos civis continuamente ameaçados, enquanto os direitos sociais se mostraram tão precários que as pequenas conquistas estão sendo desmanteladas (OXHORN, 2003). Se, na crescente onda de democracia no subcontinente, os direitos civis forem ampliados, o equilíbrio em termos de parceiros sociais é fundamental, como será visto mais adiante; mas a igualdade, mesmo socioeconômica, exige um complemento: respeito à pluralidade e às diferenças culturais. Sem eles, a busca pela igualdade resulta em homogeneizações artificiais que impedem o reconhecimento do outro (OXHORN, 2003).

Tudo o que foi anteriormente dito leva a uma concepção de democracia como algo que não foi alcançado, uma utopia que corresponde às pessoas para construir. De fato, segundo Bartra (2005, p. 329), não há uma democracia única, “há democracias em trânsito, processos de democratização”. Mesmo em países como o nosso, com democracia formal antiga, a tarefa será “democratizar a democracia”; por isso a crise da ideia tradicional de democracia “de cima” é respondida “de baixo” com uma democratização da política.

Por fim, percebe-se que não há democracia efetiva sem socialismo; elenca-se o reformismo, uma vez que a democracia é um valor universal do qual a emancipação humana necessita para manter um equilíbrio entre a política e a economia (COUTINHO, 2008).

Materiais e Métodos

Esse artigo adotou o método de revisão sistemática, que, segundo Guarnieri (2015), utiliza uma abordagem para examinar a literatura, que segue regras para a escolha e avaliação de fontes bibliográficas. Segundo a autora, as revisões sistemáticas podem ser orientadas em abordagens quantitativas, qualitativas e mistas, estando sujeita aos objetivos da pesquisa (GUARNIERI, 2015). E as etapas envolvidas são: (a) definição da questão de pesquisa; (b) aglomerado de critérios de inserção e eliminação; (c) escolha e obtenção da literatura; (d) estimativa da qualidade da literatura contemplada na revisão; e finalmente (e) apreciação, abreviação e dispersão dos resultados (HIGGINS; GREEN, 2011 apud GUARNIERI, 2015).

Já compreendendo o método da revisão sistemática, os eixos de investigação foram decididos, sendo os descritores designados com as palavras-chave “política social”, “agricultura” e “Colômbia”. Além disso, realizaram-se variações dos termos com operadores booleanos. Depois que as palavras foram selecionadas, a próxima etapa consistiu em pesquisar os bancos de dados.

Neste artigo, as bases de dados utilizadas foram o site Google Acadêmico (Scholar Google), escolha justificada pela existência, nesse site, de documentos publicados em jornais indexados. Foi demarcado um período de dez anos (2009 a 2019). O tempo determinado teve como objetivo analisar a literatura recente, uma vez que os assuntos relacionados às políticas sociais são dinâmicos.

Foram pesquisados arquivos que apresentavam alguns dos descritivos escolhidos: no título, no resumo ou nas palavras-chave. Dessa forma, foram analisados particularmente, utilizando-se os seguintes filtros:

- a) Exclusão de livros, capítulos de livros, monografias, resenhas, teses, artigos não publicados em periódicos indexados e artigos duplicados;
- b) Artigo científico cuja classificação de jornais é B3 e superior avaliada pela plataforma da Capes (Sucupira);
- c) Leitura do título, resumo e palavras-chave de acordo com o tema;
- d) Leitura da introdução, resultados e conclusão de acordo com o tema.

A busca no banco de dados forneceu um total de 2 mil arquivos. Após a aplicação do primeiro filtro, restaram 420 artigos. Depois da segunda filtragem, restaram 38 artigos. Realizado o terceiro filtro, sobraram 27 e, no quarto filtro, havia 8 (Quadro 1). Portanto, com a amostra definida,

um banco de dados foi criado no Excel com as informações correspondentes às características dos artigos e variáveis.

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise.

Autores	Título do artigo	Ano de publicação
VÉLEZ, J. J. A.	La Planeación Nacional y los Planes de Gobierno. Una Mirada al Desarrollo Social, Político Económico de Colombia.	2010
SPOSATI, A.	Tendências latino-americanas da política social pública no século 21	2011
ACUÑA, I. T.	De campesinos a empresarios: la retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.	2011
AVILA, C. A.	O componente social do plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena AWÁ do departamento do Putumayo.	2013
CANO, C. G.	La agricultura colombiana. De cara a los pactos bilaterales de comercio.	2013
RUANO, E.; SILVA, V.; RIVERA, W.	Cadena productiva y capital social: el caso de la piscicultura del Cauca (Colombia).	2015
TASSARA, C.	Políticas públicas de protección social y lucha contra la pobreza en Colombia logros y desafíos.	2015
BELTRÁN, S. R.	La institucionalidad rural en Colombia: Reflexiones para su análisis y fortalecimiento.	2016

Fonte: O autor (2019).

Análise de Resultados

Inicialmente pode-se observar no Quadro 1 que, nos textos acadêmicos sobre políticas sociais agrárias na Colômbia, há divergência entre os nomes dos artigos, existindo um só artigo com a expressão “política social” em seu título, o que não constitui um problema para analisar os principais problemas agrários que a Colômbia tem enfrentado.

Por outro lado, pode-se analisar que 87,5% dos artigos estão redigidos em língua espanhola e 12,5% em português. Também é preciso analisar que as pesquisas sobre esse tema é escassa e detém um número baixo em periódicos de qualidade, considerando que a revisão analisou os artigos dos últimos 10 anos e obteve uma amostra de 8 artigos.

Esse número pode ser considerado preocupante, pois nos últimos 3 anos não foram publicados trabalhos relevantes com essa temática, tendo em vista a necessidade de estudos que venham ser base para elaboração de políticas sociais nos países da América Latina, que carece dessa abordagem de forma eficaz a fim de mitigar questões sociais como a pobreza. Apesar de os artigos não terem cumprido as expectativas de conhecer as principais políticas sociais agrárias colombianas, buscaram-se fontes no Ministério de Agricultura y Desarrollo Rural, no qual foram encontradas diferentes políticas¹ para esse público, sendo priorizadas as seguintes:

- a) Cooperação internacional: avançar os passos pertinentes para a adequada participação e representação do Ministério nos assuntos internacionais relacionados ao setor, definindo prioridades de apoio no setor com base em políticas públicas (COLÔMBIA, 2019);
- b) *Programa Desarrollo Rural con Equidad - DRE*: criado pela Lei nº 1133 de 2007, tem como objetivos fundamentais melhorar a competitividade e a produtividade do setor agrícola, bem como ajudar a reduzir as desigualdades no campo (COLÔMBIA, 2019);

¹ Para conhecer todas as políticas do MADR, acesse o link <<https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Resoluciones/Resoluci%C3%B3n%20No%20000464%20de%202017.pdf>>.

c) *Programa de Formalización de la Propiedad Rural*: promover acesso a propriedades rurais e melhoria da qualidade de vida dos agricultores, coordenando ações para apoiar os esforços de formalização do direito de posse de propriedades rurais privadas e saneamento de títulos (COLÔMBIA, 2019);

d) *Construyendo Capacidades Empresariales*: busca a melhoria da qualidade de vida dos habitantes rurais em condições de extrema pobreza, mediante o aperfeiçoamento do capital social disponível para facilitar o acesso dos beneficiários aos serviços de desenvolvimento rural (COLÔMBIA, 2019).

Com a informação anteriormente descrita, pode-se comprovar que o Estado colombiano não estabeleceu parcerias estruturadas com o mundo camponês, e isso pode ser asseverado por meio da Reforma Agrária – instituída nos anos 60 –, que não teve um alcance significativo ao distribuir apenas 1% das áreas legalmente afetadas entre 1961 e 1971, sendo praticamente abandonada alguns anos depois. Algumas exceções estão em certos setores agrícolas, essencialmente o setor cafeeiro, que de fato tem representado desde sua formação um “Estado dentro do Estado”, além, é claro, de outros grupos de pressão constituídos (Associação Nacional dos Industriais – ANDI; Sociedade de Agricultores da Colômbia – SAC) e, em determinados momentos, os sindicatos (Confederação dos Trabalhadores da Colômbia – CTC, na década de 1940) (HOFFMANN, 1998, p. 11). É necessário politizar a política social para que se possa consecutivamente avaliar seus caminhos e sua direção (SPOSATI, 2011).

Na Colômbia e em alguns países da América Latina, as políticas sociais foram introduzidas de forma segmentada nos diferentes setores. Há fortes diferenças entre os países no que se refere às responsabilidades estatais para asseverar a todos os habitantes direitos humanos e sociais. No caso da Colômbia, foi consolidado o modelo universal das políticas sociais; entretanto, a tendência foi a instalação de sistemas paralelos de atenção, isto é, um sistema focalizado ao lado do universal (SPOSATI, 2011).

Um ponto que ficou claro é que 87,5% dos artigos asseveram que a guerra na Colômbia não permitiu a evolução de todos os aspectos sociais, políticos e econômicos da nação. Embora se tenha assinado o acordo de paz, ainda existem grupos armados, o que dificulta soluções como “democratizar a democracia”, com sociedade civil e Estado fortalecendo-se mutuamente, não só em sua materialidade como também em sua capacidade de criar consenso.

Analisa-se nos artigos que a Colômbia conhece, praticamente desde o fim da Frente Nacional, a crise dos partidos políticos envolvidos com corrupção; estes têm impacto direto na capacidade do Estado em espalhar às classes subalternas suas reformas econômicas e suas políticas de orientação neoliberal. Concordando com Sposati (2011), o maior desafio da Colômbia é o de trasladar o lugar das políticas sociais para enfrentar as desigualdades sem se transformar em instrumentos anódinos à pobreza, criando atenções de segunda categoria.

Também se percebe um aumento mínimo da inclusão de pendências sociais pelo Estado. Entretanto, essa inclusão, salvo raras ocasiões, dá-se de maneira articulada com os interesses de acumulação do capital e, nas políticas de transferência de renda, em auxílio ao capital financeiro. É de se questionar, mesmo, se essa inclusão vem se oferecendo, ou não, por meio de contornos precarizados que não solidificam a qualidade dos direitos humanos compatíveis aos direitos sociais (SPOSATI, 2011). Por isso, será importante avaliar e monitorar as políticas destinadas ao campo colombiano, porque se percebe que não estão sendo analisadas com o fim de melhorar a qualidade de vida dos agricultores.

Considerações Finais

Com a análise das políticas apresentadas pela Colômbia (2019), identificou-se a necessidade de implementação de políticas sociais robustas, como nas áreas de educação e saúde, que são direitos sociais e humanos, tendo em vista a equidade e a igualdade para um excelente desenvolvimento dos direitos da proteção social.

A globalização neoliberal e a violência reduzem a democracia e aumentam a desigualdade, entretanto não são as únicas responsáveis, pois do mesmo modo trabalham com elementos estruturais, especialmente no que diz respeito à força seletiva do Estado. Por isso compreende-se que os efeitos do neoliberalismo são semelhantes, assim como a precariedade da democracia e a

cidadania civil, política e social. A violência parece excepcional, mas não é de todo, quando se olha para a trajetória histórica do fortalecimento seletivo do Estado na Colômbia.

Portanto, pode-se afirmar que a Colômbia está inserida no conjunto dos países dependentes, apresentando características que levam em conta as ideologias dominantes nos processos de globalização e ao mesmo tempo aceitando as pressões agrícolas de Estados independentes da América do Norte e da Europa.

As principais limitações foram o número baixo de artigos referentes a políticas sociais agrárias na Colômbia que abordem com qualidade a temática, além da falta de investimento na área de elaboração de políticas sociais agrárias com o fim de mitigar a desigualdade social, começando pela distribuição das rendas.

As principais recomendações são, primeiramente, fazer um recorte maior de tempo na procura dos artigos, analisar de maneira qualitativa e quantitativa para poder entender melhor o cenário a partir dessas metodologias e identificar esses elementos nas sociedades que poderiam mitigar as questões de pobreza e distribuição da renda; além disso, deve-se identificar as variáveis que fazem com que a Colômbia seja dependente dos países centrais com o fim de melhorar e pelo menos se tornar um país subimperialista.

Referências

ACUÑA, I. T. De campesinos a empresarios: la retórica neoliberal de la política agraria en Colombia. **Espacio abierto**, v. 20, n. 4, p. 641-647, 2011.

ALBÁN, Á. Reforma y Contrarreforma Agraria en Colombia. **Revista de economía institucional**, v. 13, n. 24, p. 327, 2011.

AVILA, C. A. B. A componente social do plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento do Putumayo (Colômbia). **Revista Nera**, n. 22, p. 09-26, 2013.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989. 181 p.

BARTRA, A. Añoranzas y utopías: la izquierda mexicana en el tercer milenio. **César Rodríguez, Patrick Barret**, v. 152, 2005.

BELTRAN, S. R. La institucionalidad rural en Colombia: Reflexiones para su análisis y fortalecimiento. **Mundo agrário**, v. 17, n. 35, p. e022-e022, 2016.

CANO, C. G. La agricultura colombiana. De cara a los pactos bilaterales de comercio. **Revista de Ingeniería**, n. 38, p. 63-70, 2013.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, 2001.

COLÔMBIA. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR). **Políticas e programas agrícolas**. Disponível em: <<https://www.minagricultura.gov.co/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2. ed. 2008. p. 19-70.

FAJARDO, D. La tierra y el poder político; la reforma agraria y la reforma rural en Colombia. **Revista Reforma Agraria Colonización y Cooperativas**, v. 1, p. 4-20, 2002.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global editora, 2009. p. 21-120.

GARCÍA, D. L. L. Capitalismo y subdesarrollo. **Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**,

v. 2, n. 1, p. 88-111, 2014.

GOUGH, I. **Economía política del Estado del bienestar**. Traducción: Gerório Rodriguez Cabrero. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978. cap. Prefácio à edição espanhola e Cap. de 1 a 4. p.11-37; 47-155.

GUARNIERI, P. Síntese dos Principais Critérios, Métodos e Subproblemas da Seleção de Fornecedores Multicritério. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 1, 2015.

HOFFMANN, O. Políticas agrárias, reformas del Estado y adscripciones identitarias: Colombia y México. **Análisis Político**, n. 34, p. 3-25, 1998.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 20, p. 30-41, 2001.

JARAMILLO, P. S. Pobreza rural en Colombia. **Revista colombiana de sociología**, n. 27, p. 47-62, 2006.

LENIN. V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Sobre o fascismo**. Com seleção de textos de Trotsky. São Paulo: Antídoto, 1976.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1969.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2015. Cap. 24.

MARSHALL, T. H.; BOTTOMORE, T. B. **Ciudadanía y clase social**. Madrid: Anaya, 1998.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de Doutorado. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2013.

RUANO, E.; SILVA, V.; RIVERA, W. Cadena productiva y capital social: el caso de la piscicultura del Cauca, Colombia. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, 2015.

SILVA, M. L. L. Estado e Política Social na América Latina: as tendências da Previdência Social. **Revista Katálisis**, v. 18, n. 2, p. 147-148, 2015.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2011.

SUNKEL, O. Auge, crisis y renovación del Estado: Una perspectiva de largo plazo. **Revista Foro**, n. 20, p. 77-94, 1993.

TASSARA, C. Políticas públicas de protección social y lucha contra la pobreza en Colombia logros y desafíos. **Papel político**, v. 20, n. 2, 2015.

VÉLEZ, J. J. A. La Planeación Nacional y los Planes de Gobierno. Una Mirada al Desarrollo Social, Político Económico de Colombia. **Ciencias estratégicas**, v. 17, n. 22, p. 291-308, 2010.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cezar Castanheira. Parte II. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 155-242.